

“O PÊNULO DA DEMOCRACIA” DISCUTE AS OSCILAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO

“O pêndulo da democracia”, livro do professor de Ciências Políticas da UFMG, Leonardo Avritzer, visa compreender as regressões da democracia brasileira, entender o que levou o Brasil, de um forte consenso democrático expresso entre o fim da ditadura militar, na década de 1980, e o início desta década, a uma situação em que a confiança nas instituições democráticas se esvai.

O argumento central do livro é que tal mudança expressa o “pêndulo da democracia”: a política brasileira tem oscilado, nos últimos 70 anos, entre períodos de expressivo consenso democrático e períodos em que classes médias e elites se alinham numa visão antidemocrática, e setores populares aderem à rejeição da política.

O problema é que, mesmo nos períodos democráticos, permanecem elementos antidemocráticos, tais como: a) atores econômicos acostumados a capturar o Estado em prol de seus interesses particulares, configurando um Estado patrimonialista que se sedimentou na era desenvolvimentista e atravessou, com adaptações que não lhe retiraram o conteúdo privatista, o regime militar, a inflexão liberal de FHC e a retomada do desenvolvimentismo nos governos petistas; b) um Poder Judiciário de conformação elitista, avesso à agenda de defesa dos direitos e garantias individuais; c) Forças Armadas não plenamente submetidas ao controle político e civil.

Há, no Brasil, atores cujo compromisso com a democracia é dúbio, retiram apoio a esse regime quando perdem acesso ao Estado ou quando o Estado se abre a outros atores políticos e econômicos, não desejáveis. Como a elite brasileira formou-se, historicamente, sob uma tradição de extração colonial e de coerção do trabalho, tais atores institucionalizam, mesmo nos períodos democratizantes, elementos antidemocráticos e antissoberania, que fazem com que as eleições não se constituam no único método de formar o governo e que vencê-las não seja o único modo de determinar políticas públicas.

Assim, embora não negue as conquistas efetivas dos períodos democratizantes, Avritzer diz que o que neles ocorre, realmente, é uma modernização lenta e parcial do sistema político, que não consegue estabelecer uma estrutura razoável de vigência de direitos civis. Apesar da fraqueza ou ausência desse fundamento de uma

ordem liberal-democrática, tem havido, nos períodos democratizantes, uma subestimação dos impasses e problemas da democracia. Qual a razão disso?

Avritzer afirma que autores como Sérgio Buarque de Holanda vislumbraram com exagerado otimismo eventuais afinidades que teriam com a sedimentação democrática no Brasil as estruturas não hierárquicas de sociabilidade, as tendências do personalismo, criadas por nossa cultura da intimidade e da informalidade como reação aos elementos de rígidas hierarquias burocrático-racional. Ele afirma que Holanda, ao apostar nesse caminho de democratização, desprezou os elementos racionais do Estado moderno, esquecendo-se que a democracia demanda sociabilidades igualitárias. O personalismo, assevera o autor, falhou também na contenção das irrupções, em nossa história, de violência e de intolerância, tendo esta última também se beneficiado do fato de que a tolerância religiosa, elemento basilar do pluralismo político e valorativo, foi estabelecida de forma débil, “quase apolítica” pela tradição do catolicismo vinculado ao Estado, monopolista mas pouco efetivo e institucionalizado. O declínio do catolicismo, nas últimas décadas, abriu, para os neopentecostais, o espaço de disputa pelo caráter público da religiosidade e pela demarcação de hábitos e costumes por meio da intolerância em relação aos diferentes.

Malgrado a fraqueza da tradição de direitos civis e da continuidade do Estado patrimonialista fruto da apropriação do poder e das políticas públicas por grupos estatais e paraestatais, surgiu, após a Constituição de 1988, o modelo concorrente do Estado social, com políticas sociais tendencialmente mais universalistas. O objetivo último da regressão democrática iniciada em 2013 é o predomínio total do Estado patrimonial sobre o Estado social, assegura o autor.

Analisando tal regressão, cujo ápice, até agora, foi a eleição à presidência de um candidato de extrema direita com um discurso francamente antidemocrático e com o apoio de esquemas pesados de desinformação e difamação intimidatória via redes sociais, Avritzer afirma que ela se sustentou na atuação antidemocrática do mercado financeiro, dos militares, dos neopentecostais e do Judiciário em conluio com a mídia, especialmente via Operação Lava Jato. A relação do presidente, sua família e de seus seguidores ideológicos mais radicais com esses atores expressa, segundo ele, a tensão não resolvida entre o bolsonarismo como movimento e como governo, e da volta desses atores ao compromisso democrático depende, em boa parte, a retomada da democracia.

Escrito por um dos principais cientistas políticos do país, “O pêndulo da democracia” é um livro denso, que aborda, em um texto objetivo e elegante, diversos

conteúdos complexos – uma empreitada de fôlego. A obra não está isenta, contudo, de problemas.

A visão da alternância de períodos democráticos e não democráticos, permanecendo, nos primeiros, elementos elitistas e autoritários é pertinente. Mas um pêndulo é algo que vai, inequivocamente, em uma direção, e, depois, inequivocamente e na mesma medida, em direção simetricamente oposta. A descrição de Avitser mostra um pêndulo que, quando vai para a direção da democracia, o faz de forma tímida, ambígua, insuficiente. Talvez fosse melhor descrever a fortuna da democracia no Brasil como um caminho aproximativo, trilhado sob pesado legado autoritário e desigualitário, que remonta bem além dos 70 anos analisados por ele.

Além disso, a leitura de Sérgio Buarque de Holanda é equivocada. Holanda realmente mencionou, brevemente, possíveis afinidades entre o personalismo e a democracia. Mas, de forma muito mais contundente e sistemática, salientou a relação intrínseca entre personalismo e oligarquia. “A oligarquia é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo”, dizia Holanda. E se a reação às rígidas hierarquias burocrático-rationais gera, no “homem cordial”, a cultura da intimidade e da informalidade, gera, também, a aceitação plena da autoridade extrema e puramente pessoal, assim como a incompatibilidade desse ser emotivo, anti-ritualista, anti-convencional que é o homem cordial com os elementos racionais do Estado moderno, que Holanda não desprezava, mas prezava. Prezava, mas ansiava por algo mais, por um novo padrão de racionalidade pública, marcada não por frieza impessoal, mas por afetividade de sentido igualitário e democrático.

Na verdade, o otimismo exagerado e a subestimação dos elementos autoritários presentes mesmo nos momentos democratizantes, tem várias explicações que não a tese do “homem cordial” de Holanda. No período pós Constituição de 1988, uma delas foi a excessiva leniência demonstrada pelo *mainstream* da Ciência Política brasileira para com esses perseverantes elementos antidemocráticos de nossas instituições. Boa parte dessa Ciência Política, influenciada pela tradição da ciência política norte-americana, via a democracia de forma minimalista, desvinculada de questões normativas, de articulações sociais e culturais, de perspectiva histórica, de atenção para com as especificidades nacionais. Ficaram chocados, esses cientistas políticos, quando “descobriram” o que outros já sabiam, ou intuía: que nossa democracia não era tão sólida, não era *the only game in town*. Nunca foi, e o maior mérito do livro de Avritzer é demonstrar isso, sob uma visada conjuntural e estrutural.

Rubens Goyatá Campante

Pesquisador da Escola Judicial do TRT-3ª Região e do Centro de Estudos

Republicanos Brasileiros (CERBRAS)